

Globalização: o que significa para a geografia?¹

*Doreen Massey*²

Resumo

Este artigo usa o contexto da globalização para argumentar pela natureza específica e o significado da geografia como uma disciplina intelectual. Ao fazê-lo, ele primeiro se vale de alguns imaginários populares sobre a globalização; em seguida, de uma noção do “lugar” como um pilar fundamental de nossa habilidade de negociar com outros (para começar a construir a “sociedade”); e em terceiro lugar, da questão vital sobre como, nesta era de construção global de todas as nossas vidas e identidades, podemos começar a construir uma noção de “responsabilidade à distância”.

Nota da tradutora: Desejamos, com esta tradução, mais do que contribuir com a difusão das ideias de Massey em língua portuguesa, homenageá-la por sua relevante contribuição em debates contemporâneos na Geografia e nas Ciências Sociais, além de ressaltar seu papel como intelectual engajada e preocupada em solucionar os desafios que se apresentam ao fazer científico e político no mundo contemporâneo. Os grifos no texto são da autora.

1 Texto originalmente intitulado “Globalisation: what does it mean for geography?”. Traduzido da versão publicada no periódico *Geography*, v. 87(4), p. 293-296, 2002.

Tradução: Melissa Steda (USP). Agradecemos à Geographical Association por permitir que o presente artigo fosse traduzido e publicado nesta edição do Boletim Campineiro de Geografia.

2 Doreen Massey é Professora de Geografia na Open University, Faculdade de Ciências Sociais, Walton Hall, Milton Keynes MK7 6AA. Este é o texto editado de uma conferência apresentada em 5 de abril de 2002 na Conferência Anual da Geographical Association na UMIST (University of Manchester Institute of Science and Technology), Manchester.

Deixe-me começar, brevemente, com duas observações que provocam reflexão geopolítica: a primeira diz respeito aos governos no Reino Unido e nos Estados Unidos (e vários outros mais) que nos dizem que a “globalização” é inevitável (eles realmente se referem à globalização em sua forma atual – ou seja, “neoliberal”). Eles nos dizem que esse é o único futuro possível. E se você pensa na Nicarágua, em Mali e Moçambique, que parecem não ser ainda parte desse futuro, eles dirão que tais países estão apenas “para trás” e, por fim, seguirão o caminho que nós traçamos. Talvez meu exemplo favorito disso seja de 1998, quando Bill Clinton proferiu a reflexão de que não podemos resistir às atuais forças da globalização mais do que resistimos à força da gravidade. Podemos notar de passagem que isso vem de um homem que passa metade de sua vida voando em aviões e, portanto, resistindo muito bem à força da gravidade! Mas, falando sério, é claro que a globalização *não* é uma força da natureza. É um produto da sociedade – um *projeto* político e econômico que requer esforços poderosos da Organização Mundial do Comércio, do Fundo Monetário Internacional, dos Estados Unidos da América, de corporações multinacionais, do Banco Mundial etc. para avançar. O objetivo da declaração de Clinton é convencer-nos de que não há alternativa. Não se trata menos de uma descrição do mundo tal como é, do que de uma imagem na qual ele está sendo feito. Muitas críticas podem ser feitas a essa formulação, mas quero focar-me em uma coisa – de que há um tipo de truque contido na declaração de Clinton em termos de como pensamos sobre espaço e tempo.

Quando perguntamos sobre Moçambique e a resposta é que é um país que está apenas “para trás”, o que realmente está em questão é uma negação da *diferença* entre nós e Moçambique – ou, pelo menos, uma redução dessa diferença meramente pelo fato de que Moçambique está “atrás” de nós no desenvolvimento. A diferença coexistente é reduzida ao lugar na “fila” histórica. Efetivamente, isso está transformando a geografia em história – espaço em tempo. A implicação é que só há uma história; estamos todos apenas em diferentes estágios dela. Não devemos imaginar esses outros lugares tendo suas próprias trajetórias, suas próprias histórias particulares e – este é o ponto – o potencial para seus próprios futuros (e se Moçambique não *quiser* nos seguir?). O que isso nos diz é que eles estão meramente num estágio anterior na única narrativa possível de se contar. Para mim, uma das coisas mais significativas sobre o “espaço” é que ele é a dimensão da coexistência dos outros. O fato de que, neste momento, outras histórias estão acontecendo: agora mesmo, estão sendo cultivadas vagens para nossa mesa; pessoas estão se escondendo na Igreja da Natividade em Belém. A ideia de Clinton é um “imaginário geográfico” absolutamente sem uma geografia real. Pensar *realmente* espacialmente significa olhar para além de nós mesmos; um reconhecimento dos outros. A ideia

de Clinton (e de outros) é uma falha de imaginário geográfico.

A segunda observação diz respeito àqueles que argumentam mais fortemente pelo “livre comércio” como se houvesse algum direito óbvio à mobilidade global; o termo “livre” imediatamente sugerindo algo bom, algo a almejar; como se fosse obviamente bom ser capaz de circular pelo mundo. Esse é um imaginário geográfico de um mundo sem fronteiras. Se vem um debate sobre migração internacional, as mesmas pessoas irão em geral recorrer a algum outro imaginário geográfico – igualmente poderoso, igualmente (aparentemente) irrefutável – ainda que em total contradição. Esse é o imaginário do lugar defensável, dos direitos de pessoas locais a possuírem seus próprios lugares, de um mundo dividido pela diferença e por traços de limites estáveis. É um imaginário geográfico de nacionalismos. Duas verdades aparentemente óbvias, dois imaginários geográficos completamente diferentes são, a sua vez, invocadas. Não importa que se contradigam, porque funcionam. E então, nesta era da “globalização” do capital, temos pessoas arriscando suas vidas no Túnel do Canal, e barcos cheios de pessoas afundando no Mediterrâneo. Parte do que torna isso possível é uma manipulação ambígua dos imaginários geográficos.

A contribuição intelectual da Geografia

Uma das razões, para mim, pelas quais a “geografia” como disciplina é tão inspiradora é que ela varia tão amplamente. Através do social, do cultural e do econômico; e através da geografia humana e da geografia física. O problema ao qual isso pode levar é que ela pode ser vista como um tipo de conhecimento geral glorificado. Devo confessar que tenho uma resposta complicada para essa caracterização. Sou realmente a favor do “conhecimento geral”, no sentido de uma noção ampla de mundo. Ela é um elemento importante para a realização do potencial humano. Por outro lado, quero ressaltar que a geografia é *mais* que um conhecimento geral. Tem sua própria contribuição intelectual singular para levar a uma compreensão do mundo, como as duas reflexões acima tentaram indicar, e para as quais a virada espacial na pesquisa em ciências sociais provê evidência abundante. O restante deste breve artigo explora dois outros exemplos. Eles se referem a questões nas quais estou trabalhando no momento, que se situam dentro do tema mais amplo da globalização, e que ilustram a contribuição singular que a geografia pode fazer ao debate sobre o que pode significar viver e ser um “cidadão” nestes tempos.

Compreendendo o lugar

Primeiro, como geógrafos, e no contexto da paisagem modificada da globalização, nós retrabalhamos um de nossos conceitos centrais: o *lugar*. Não mais pensamos no lugar – ou na região, ou na nação – simplesmente como territórios delimitados com características “essenciais” “eternas” que de alguma forma crescem do solo. Em vez disso, nós (ou muitos de nós) agora colocamos ênfase no entendimento da identidade do lugar também como o produto de suas relações com os outros. Nós sabemos que não podemos entender as características de cada lugar sem situá-lo no contexto de suas relações com o resto do mundo. Esse é o lugar como um lugar de encontro: diferentes histórias se reunindo e, de uma forma ou de outra, se entrelaçando. Essa é a miscelânea da proximidade física, e é ainda mais marcada em uma era de globalização. “Um sentido global do lugar”. Essa é a versão especificamente geográfica do argumento científico social mais geral sobre “a construção relacional da identidade”. Ademais, isso implica que os lugares (como lugares de encontro) sejam internamente complicados. Eles não são simplesmente “comunidades” coerentes. Em vez de focar-se em “comunidades locais”, o que esta visão enfatiza é que os lugares *têm de ser negociados*. E ainda assim, em respostas políticas do governo para a pobreza urbana nós ouvimos várias vezes invocações da “comunidade local” de maneira completamente inquestionável. Ou se assume que há ali essa comunidade, ou – se está faltando –, ela deve ser fabricada.

Muitos geógrafos estão agora tentando usar nosso trabalho sobre o lugar para transmitir algumas mensagens. Primeiro, de que *não* há comunidade local baseada no lugar que não seja problemática. Segundo, mais ainda, que a *criação* dessa comunidade não deveria sequer ser o objetivo. O que queremos enfatizar é uma noção do lugar como uma das arenas nas quais as pessoas (de todas as idades) aprendem a negociar umas com as outras – aprendem a formar essa coisa chamada sociedade. É uma prática de negociação diária que podemos entender como os primórdios da democracia. De certa forma, é incrível que os lugares – a maioria dos lugares – “trabalhem” tão bem quanto o fazem. E quando se fracassa, não devemos tentar impor a eles uma noção antiga de coerência. Porque uma democracia saudável não requer pacificação em conformidade, mas um reconhecimento aberto da diferença e uma habilidade de negociá-la com respeito mútuo.

Em meu próprio trabalho sobre essa noção, no qual eu mencionei “a responsabilidade do lugar”, também destaco a grave desigualdade nessa demanda por responsabilidade; e como o espaço é usado/é parte da produção dessa desigualdade. A negociação do lugar é um desafio muito maior em Oldham ou na Isle of Dogs do que, por exemplo, em Alderley Edge ou Chelsea. Então o grotesco

das desigualdades nesse pedido de negociação deve ser enfatizado; mas todos os “lugares” demandam negociação. Esse reconhecimento da complexidade interna do lugar, então, está diretamente relacionado aos debates sobre cidadania. Como escreveu Ash Amin (2002): “Essa é uma política de cidadania ativa e não é redutível a uma política da comunidade”. Essa é uma mensagem vinda dos geógrafos; é uma mensagem que se refere especificamente à espacialidade, e portanto é a contribuição intelectual específica da geografia; e ela é crucial.

A segunda área que desejo discutir se relaciona à declaração de posição da Geographical Association. A declaração sobre o propósito da educação geográfica identifica como um de seus objetivos o desenvolvimento de “uma habilidade e um desejo de tomar ações afirmativas tanto local quanto globalmente” (GA, 1999, p. 57). E é com alguns pensamentos sobre isso, e com um foco no global, que eu gostaria de concluir.

Lugar global/lugar local

John Berger – escritor, artista e político progressista – escreveu que, nos dias de hoje, “é o espaço, mais do que o tempo, que esconde consequências de nós”. Em outras palavras, quão difícil é, em nossas vidas cotidianas, lembrar-nos das amplas relações através das quais as vagens chegam aos nossos pratos. Podemos, como geógrafos, tomar alguma parte ao lidar com isso? Deixe-me retomar a questão do “lugar local”. Tantas vezes, quando falamos de “lugar local”, também usamos termos como real, cotidiano, vivido; tais palavras pairam no ar, reverberam, evocam o “lugar” como de alguma forma especialmente significativo. E muitos “intelectuais” as apoiariam com proposições pomposas. Assim, Edward Casey escreveu que “viver é viver localmente, e saber é, antes de tudo, conhecer todos os lugares em que se está” (1996, p. 18). Arif Dirlik, do mesmo modo, afirma: “a luta pelo lugar no concreto é uma luta contra o poder e a hegemonia das abstrações” (1998). E Carter, Donald e Squires, em seu livro *Space and Place*, escrevem que “O lugar é o espaço no sentido de que foi anexado” (1993, p. xii). De fato, nós todos provavelmente fazemos essas associações em um momento ou em outro.

Mas penso que isso seja bastante perigoso. Se o lugar é realmente um local de encontro, então “a realidade vivida de nossas vidas cotidianas” está longe de ser localizada – em suas conexões, suas fontes e recursos, e em suas repercussões, essa “vida cotidiana” propaga-se para muito mais longe. Onde poderíamos traçar a linha em torno da “realidade baseada do dia-a-dia”? Essa é uma questão que “pensar geograficamente” pode levantar. Mas há uma outra. Se imaginamos o lugar como o lado relevante do espaço, então isso implica que o “espaço”, o “global”, o resto do mundo é, por outro lado, algo abstrato: *não* real e vivido; *não* significativo. No

entanto, muito de nosso trabalho – como pesquisadores e professores de geografia – está preocupado em demonstrar precisamente o oposto: precisamente, traçar as rotas pelas quais as vagens chegam a seu prato; traçar em grande detalhe (para dar apenas um exemplo) as cadeias de mercadorias pelas quais se sustenta nossa vida. O que estamos mostrando quando pesquisamos e ensinamos tais coisas não é que os lugares locais *não* são reais, mas que os espaços globais *também o são*. Se realmente imaginarmos os “lugares locais” relacionalmente – como lugares de encontro –, então essas relações podem correr mundo afora. Nesse sentido, “o global” é tão “real”, e mesmo tão “cotidiano” quanto o assim chamado lugar local.

Então eu acredito que esse argumento seja importante tanto de modo geral, em um sentido ético e político, quanto relacionado com a afirmação da Geographical Association sobre o propósito da geografia. Isso pois temos, na sociedade em geral, uma geografia muito particular sobre como pensamos sobre cuidado e responsabilidade. É uma geografia algo encaixada, como uma boneca russa. Primeiro há a casa e a família, então talvez a localidade, então a nação, e assim por diante. Há uma espécie de entendimento aceito de que primeiro cuidamos e temos nossas primeiras responsabilidades para com os mais próximos. Ainda que numa era de globalização, e à luz do caminho de imaginar o espaço e o lugar de que eu falava, poderíamos não abrir esse conjunto de caixas agrupadas? Poderíamos não considerar uma geografia do cuidado e da responsabilidade diferente? Podemos pensar nisso como uma ética, uma política, de conectividade em vez de territórios encaixados. Especificamente, poderíamos abrir um pouco mais *a questão da (a possibilidade da) responsabilidade e do cuidado à distância*.

Geografia imaginada

Em um mundo tão desigual quanto este, no qual todo o planeta está, de uma forma ou de outra, implicado nas vidas cotidianas de cada um de nós, esta é uma questão que *deve* ser abordada. Há várias razões pelas quais aquela geografia das bonecas russas ser a dominante no momento. Existe o impacto restante – neste mundo que se diz crescentemente virtual – da proximidade (do lugar) material, física. Existem todas as retóricas do território – da nação e da família – através das quais somos diariamente instados a construir nossos mapas de lealdade. Há talvez um foco obsessivo – quando pensamos sobre cuidado e responsabilidade – em relações pais-filhos. Mas também há aquelas noções do local como mais real que o global, do lugar como mais real que o espaço. E é aí que a “geografia” pode fazer uma contribuição específica ao debate. Em *Globalizing Care*, Fiona Robinson (1996) se vale explicitamente do trabalho de geógrafos para abordar essas questões. Ela argumenta que, para pensar sobre deveres e responsabilidades, temos que imaginar

o mundo em termos de relações sociais. Ela argumenta, também, que apelos abstratos a uma humanidade compartilhada não serão uma motivação adequada – e que o necessário é um entendimento prático das relações que nos conectam. Ou ainda, Moira Gatens e Genevieve Lloyd, duas importantes filósofas contemporâneas, afirmaram (em *Collective Imaginings*, 1999), em relação a nossas responsabilidades *históricas*, que devemos nos responsabilizar pelo passado porque é desse passado que fomos produzidos. O caso que elas estão considerando é uma responsabilidade da Austrália moderna pelo tratamento histórico dos povos e culturas aborígenes. Elas escrevem: “somos responsáveis pelo passado não por causa daquilo que fizemos como indivíduos, mas por causa daquilo que somos” (1999, p. 81) – em outras palavras, porque aquele passado nos fez (de novo, aquela construção relacional da identidade). E a resposta do(a) geógrafo(a) (minha resposta) deveria ser: podemos não argumentar esse mesmo caso para a geografia também? Que deveríamos tomar a responsabilidade tanto pelas relações *geográficas* quanto *históricas* que nos transformam no que somos. Afinal de contas, nós comemos aquelas vagens.

Esse seria, claro, um desafio muito maior. Mas o que parece ser amplamente aceito é que, crucialmente *tanto* para o reconhecimento desse desafio *e* para a motivação para enfrentá-lo estão a natureza e a capacidade de nossas imaginações. Então Gates e Lloyd escrevem que o imaginário crucialmente envolve uma consciência ativa dos outros. E eu estenderia essa observação para argumentar que as geografias de nossos imaginários são um aspecto crucial dessa proposição. De fato, Richard Rorty – outro eminente filósofo de nossos dias – escreveu que:

O progresso intelectual e moral não é uma questão de chegar mais perto do Real ou do Bom ou do Correto (...). É um aumento no poder imaginativo (...). O progresso moral consiste em uma responsividade crescente às necessidades de uma maior variedade de pessoas e coisas (1999, p. 87-88).

E – refletindo de novo sobre a posição da Geographical Association – o aspecto especificamente geográfico desse “poder imaginativo” – em sua riqueza potencial e também em seu rigor intelectual – é absolutamente central para tal progresso. Se, como afirma John Berger, *é* o espaço que no momento esconde as coisas de nós, então é parte de nossa responsabilidade e de nossa contribuição como professores de geografia expandir tanto nosso conhecimento quanto nossos imaginários para defendê-lo.

Referências

- AMIN, A. (2002). Ethnicity and the multicultural city: living with diversity. *Environment and Planning A*, 34, pp. 959-80.
- CASEY, E. (1996). How to get from space to place in a fairly short stretch of time. In FIELD, S.; BASO, K. (eds.). *Senses of Place*. Santa Fé: School of American Research, pp. 14-51.
- CARTER, E.; DONALD, J.; SQUIRES, J. (1993). *Space and Place: Theories of identity and location*. London: Lawrence and Wishart.
- DIRLIK, A. (1998). Globalisation and the politics of place. *Development*, 41, 2, pp. 7-13.
- Geographical Association (1999). Geography in the curriculum: a position statement from the GA. *Teaching Geography*, 24, 2, pp. 57-59.
- GATENS, M.; LLOYD, G. (1999). *Collective Imagings: Spinoza, past and present*. London: Routledge.
- ROBINSON, F. (1999). *Globalizing Care: Ethics, feminist theory, and international relations*. Boulder: Westview Press.
- RORTY, R. (1999). *Philosophy and Social Hope*. Harmondsworth: Penguin.

Sobre a autora

Doreen Massey (1944-2016) foi uma geógrafa britânica que se destacou principalmente nos estudos sobre geografia urbana, globalização, marxismo, geografia feminista e cultural. Foi professora no Centre for Environmental Studies (CES), em Londres, e na Open University, também no Reino Unido. Algumas de suas principais obras são “Spatial divisions of labour: Social structures and the geography of production” (Methuen, 1984; Routledge, 1995), “Space, place, and gender” (University of Minnesota Press, 1994), “For Space” (Sage, 2005) – livro publicado no Brasil com o título “Pelo espaço: uma nova política da espacialidade” (Bertrand, 2008) – e “World City” (Cambridge, 2007). Foi agraciada com o Prêmio Vautrin Lud em 1998.

 **BCG:** <http://agbcampinas.com.br/bcg>

Copyright© 2002 by The Geographical Association.

Tradução: Melissa Steda.